

Posse da terra autorizações devem envolver as autoridades

Jornal de Angola
18 de Julho de 2011

Autoridades tradicionais, líderes religiosos, representantes de organizações e associações da sociedade civil recomendaram no sábado ao Executivo, no Sumbe, que o processo de legalização de fazendas e questões sobre o uso e posse da terra devem ser resolvidos a nível das comunidades e não a partir da capital.

A recomendação saiu do seminário sobre o resgate dos valores morais e cívicos, promovido pelo Gabinete para a Cidade e Sociedade Civil do MPLA e que reuniu cerca de 300 pessoas. Os participantes defenderam que para a resolução de problemas comunitários, os sobas devem intervir em primeira instância, antes de serem encaminhados para os órgãos de justiça. Além disso, assumiram o compromisso de depositar nas autoridades tradicionais o papel de guardiães da cultura e das tradições ancestrais, para manter a coesão social e garantir a transmissão de valores morais e cívicos.

O encontro recomendou o estabelecimento de

parcerias entre o Executivo, instituições religiosas e as comunidades, que permitam dar às crianças bases sólidas para a sua educação e formação, e concluiu ser essencial promover seminários e debates sobre o resgate dos valores morais, cívicos e culturais, a partir das famílias.

O comunicado produzido no final refere que a culpa pela perda e degradação dos valores cívicos não recai apenas nos jovens, nos mais velhos, ou no Executivo, mas sim em todos os cidadãos e instituições da sociedade. Nessa perspectiva, recomendaram a restrição da publicidade a bebidas alcoólicas e a promoção da beleza e os valores das mulheres.

O encontro serviu para trocar ideias sobre o actual quadro dos valores morais e cívicos na sociedade e a sua dinâmica na família, analisar o contributo das autoridades tradicionais, das organizações não governamentais e associações no processo de educação cívica, para uma sociedade participativa.